

Governo tenta de novo fazer 'operação desmonte'

Ana Araújo

A equipe econômica pretende propor ao presidente Itamar Franco, na reunião ministerial de depois de amanhã, que a União reduza drasticamente a transferência de recursos para pagar serviços de saúde e educação nos estados, hoje repassados pelo Sistema Unificado de Saúde (SUS) e pelo Ministério da Educação. O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, argumentará que a Constituição de 1988 repassou arrecadação de impostos aos estados e municípios, mas não transferiu serviços, o que sobrecarregou a União.

Os ex-ministros da Fazenda e Planejamento do governo Sarney, Mailson da Nóbrega e João Baptista de Abreu, fizeram a mesma proposta em 1989, mas os governos estaduais não concordaram com a operação desmonte". "Agora a situação é diferente, pois a União simplesmente não tem dinheiro para bancar esses serviços", afirmou ontem um integrante da equipe do ministro Eliseu Resende. No início da tarde, o presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes, defendeu esse repasse de serviços, pouco depois de votar, no Colégio Norte Dame. "Ninguém fala nisso, mas saúde e educação têm de ser deslocados para os estados e os municípios".

O presidente Itamar Franco começou a conhecer os detalhes do plano de sua equipe econômica, numa reunião iniciada às 15h30, no Palácio da Alvorada, com a presença dos ministros Eliseu Resende e Fernando Henrique Cardoso, das relações Exteriores, além de seus assessores diretos. No início da noite, Itamar convocou o presidente do Banco do Brasil, Alcyr Calliari.

Paulo César Ximenes reafirmou que o plano a ser discutido no sábado contém apenas "medidas ortodoxas", sem congelamentos ou confiscos, e que elas vão sustentar o governo até a revisão constitucional que começa em outubro. Nessa revisão, o governo pretende propor um profundo ajuste fiscal, para equilibrar definitivamente as finanças da União.

Para o presidente do BC, o principal ponto que a atual equipe deve tentar resolver é o da dívida pública, que consome por ano mais de US\$ 10 bilhões só no pagamento de juros. Por isso, a equipe irá propor ao presidente Itamar uma privatização radical, destinando o dinheiro ao resgate de parte da dívida. "Esse resgate restabelecerá as condições para o crescimento do país". A idéia da equipe econômica é conseguir equilíbrio das finanças públicas, com dinheiro inclusive para pagar pelo menos parte dos juros da dívida pública.

O dinheiro para o equilíbrio sairá de cortes no orçamento da União, aumento de arrecadação ("imposto do cheque" e caça aos sonegadores) e venda de estatais,

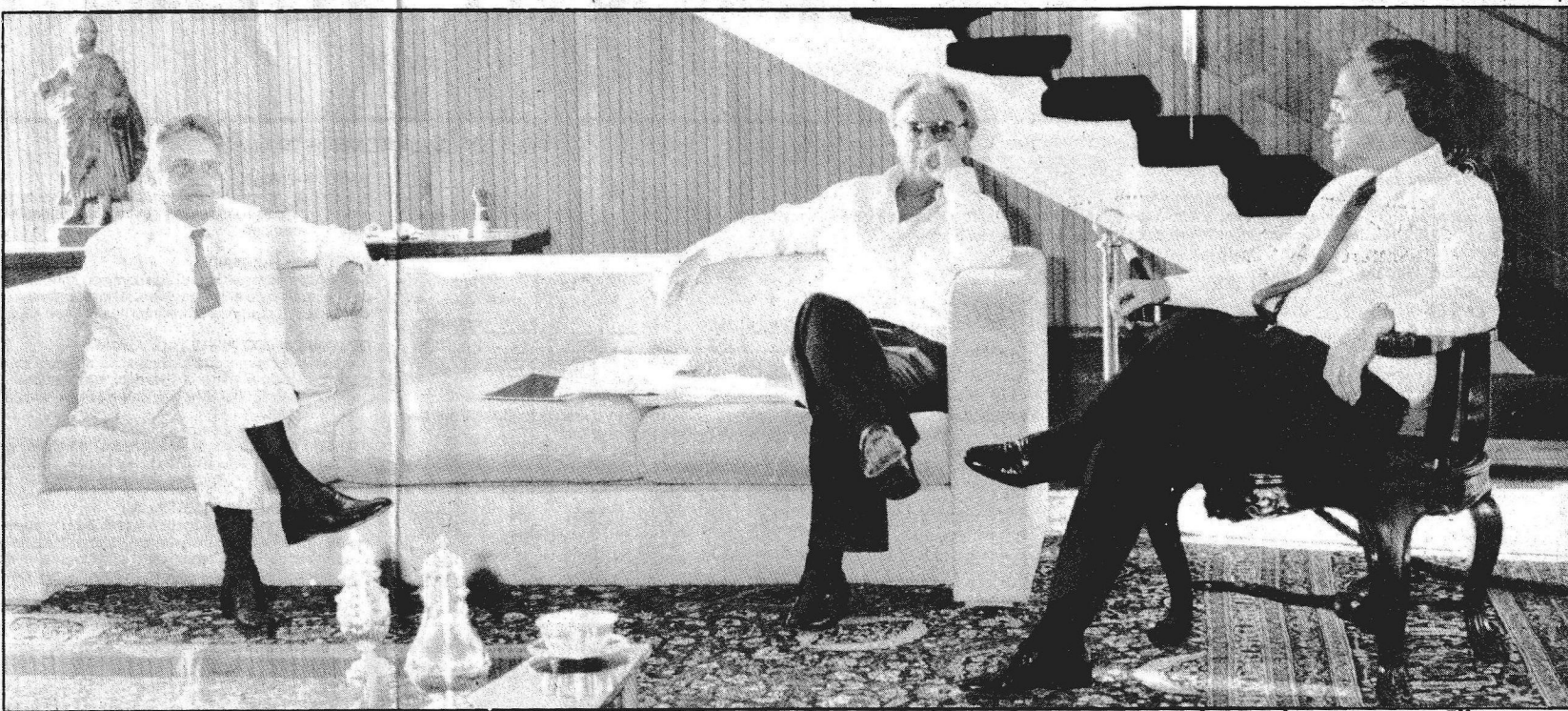
inclusive a cia. Vale do Rio Doce e o sistema de energia de Furnas (sete hidrelétricas). Ontem, um assessor do ministro da Fazenda informou que o governo federal vai dar um basta nos constantes calotes de governos estaduais e municipais e de empresas estatais que vêm deixando de honrar suas dívidas externas.

O maior calote é das empresas de energia elétrica, que chegaram a fazer um acordo com o ex-ministro Paulo Haddad para suspender o pagamento, deixando o encargo à União, até que o governo federal aumentasse o preço da energia, hoje com uma defasagem de 50%. O ministro Eliseu Resende, na época presidente de Furnas, lutou pelo acordo, o qual agora, como ministro, que rever. A defasagem será eliminada com aumentos acima da inflação nos próximos seis meses. Para diminuir o impacto, o Ministério das Minas e Energia irá apresentar um programa de subsídios ao baixo consumo de energia. Quem gastar até 30 quilowatts/hora por mês só pagará 19%. Consumo doméstico de até 200 quilowatts terá descontos.

O presidente Itamar Franco manifestou ontem a assessores que estava satisfeito com a informação de que Eliseu Resende apresentará um programa que prevê crescimento de 3% da economia neste ano. "Isso agrada ao presidente", disse um deles. O plano da equipe econômica, que trabalha com o corte de três zeros do cruzeiro (a moeda pode mudar de nome), incentivará setores que oferecem muito emprego, como habitacional, naval, agrícola e áreas exportadoras. Haverá um amplo programa de combate à sonegação fiscal e de financiamento da CEF às pequenas e médias empresas. O plano econômico será integrado aos projetos sociais do presidente Itamar Franco de combate à miséria, apoio à merenda escolar, distribuição de leite para gestantes e crianças, construção de 180 mil casas para pessoas de baixa renda e venda de "sacolões" pela Companhia Brasileira de Alimentos na periferia das grandes e médias cidades.

Pacote — A ministra do Planejamento, Yeda Crusius, voltou a afirmar ontem que o governo não irá anunciar um pacote econômico na reunião ministerial de sábado. "Estas reuniões passarão a ser rotineiras e espero que se afaste para sempre a expectativa de que existe alguma surpresa a ser apresentada em cadeia de televisão", garantiu Yeda.

Na reunião, segundo a ministra, do Planejamento, "vamos expor um quadro do que deverá ser a economia brasileira, gerenciada pelo governo", afirmou. Yeda Crusius fará relato sobre os recursos previstos para os programas sociais de combate à fome e à miséria.



Os planos da equipe econômica começaram a ser discutidos à tarde no Palácio da Alvorada, entre Fernando Henrique, Itamar e Eliseu

162

163

165